

A PRIMEIRA METADE DO 3º MILÉNIO NO CENTRO/SUL DE PORTUGAL. ALGUMAS BREVES REFLEXÕES, ENQUANTO OUTRAS NÃO SÃO POSSÍVEIS

por

Victor S. Gonçalves*

Resumo: A primeira metade do 3º milénio reveste-se, no Centro/Sul de Portugal, de um conjunto de características que têm directamente a ver com (1) diferentes estratégias do povoamento e organização do espaço; (2) experimentação de novos modelos económicos e aquisição de outras formas de organização social; (3) substituição ou adequação das superestruturas.

O conteúdo dos inventários e a análise das estruturas de habitação e dos dispositivos defensivos revelam mudanças aceleradas bem como transformações específicas. Parecem indicar duas vias específicas de transporte de artefactos, arquitecturas e ideias. Uma, marítima e mediterrânica, tem particular expressão na Península de Lisboa, na região central de Portugal. A outra, terrestre, é perceptível através da similitude de artefactos entre a primeira das regiões citadas, o Alentejo, a actual Estremadura espanhola e a Andaluzia.

Esta comunicação apresenta algumas das questões nucleares e efectua, de passagem, uma breve análise crítica dos elementos disponíveis.

Palavras-chave: 3º milénio. Calcolítico. Centro/Sul de Portugal.

It is only when archaeologists are able to build social theory on an intra-archaeological data base and using an intra-archaeological comparative method - one that demands the possibility of discovering and explaining contrasts as well as similarities - that archaeological theory can be said to flourish.

Yoffee e Sherratt, 1993: 8

So, new social evolutionary theorists unite! You have nothing to loose but your chiefs.

Yoffee, 1993: 74

1. A QUESTÃO DAS CRONOLOGIAS E DAQUILO A QUE SE REFEREM

A primeira série de datações de radiocarbono disponível para o povoamento do 3º milénio no Ocidente peninsular, as referentes ao povoado fortificado

* Director do Centro de Arqueologia. Faculdade de Letras. P-1699 Lisboa Codex PORTUGAL.

do Zambujal (Schubart, 1977; Schubart e Sangmeister, 1981), levantam alguns problemas, pelas datas excessivamente curtas, ainda que posteriormente corrigidas, problemas agravados ainda pelo facto de as correspondências se efectuarem habitualmente entre «fases de construção» do dispositivo defensivo e datas de radiocarbono, não havendo associações fechadas de artefactos datadas com segurança.

As datações entretanto conseguidas para o Cerro do Castelo de Santa Justa, Alcoutim (Gonçalves, 1989a), Monte da Tumba, Torrão (Silva e Soares, 1985, 1987, 1988; Soares e Cabral, 1987), Sala nº 1, Pedrógão do Alentejo (Gonçalves, 1987), Monte Novo dos Albardeiros, Reguengos de Monsaraz (Gonçalves, 1988-89) e Liceia, Oeiras (Cardoso, 1989) permitiram rectificar algumas imagens pouco nítidas, ainda que estejamos longe de uma visão «definitiva».

No caso do Cerro do Castelo de Santa Justa, uma série significativa de datações agrupou na 1ª metade do 3º milénio os níveis correspondentes à fundação do sítio.

No caso do Monte da Tumba, estas datas parecem recuar ainda, sendo necessária uma muito minuciosa e crítica caracterização dos níveis a que se referem os intervalos de tempo que, não sendo sequer referentes ao momento inicial do povoado, ainda assim o colocam no 4º milénio.

No caso do *locus* 1 da Sala nº 1, a sequência obtida evidencia uma predominância artefactual da associação taça carenada/prato de bordo espessado na 2ª metade do 4º milénio e a sobrevivência aparentemente exclusiva do prato de bordo espessado na 1ª metade do 3º milénio.

No caso da Estrutura 2 do Monte Novo dos Albardeiros, o povoado fortificado provido de espessa muralha reforçada por grande(s?) torre(s?) data claramente da 1ª metade do 3º milénio e sobre as suas ruínas se construirá a Estrutura 1, num dado momento de uso certamente funerário.

No caso de Liceia, e enquanto não estão disponíveis as datações referentes a «Liceia II», podemos aceitar como *terminus ante quem* as existentes para a Casa P (Liceia III), um conjunto a vários títulos significativo, cuja calibração a 2 sigmas coloca a fase anterior, com forte probabilidade, e mais uma vez claramente, nos inícios do 3º milénio (ICEN 92: 4120 ± 80 BP; ICEN 89: 4200 ± 70 BP; ICEN 95: 4370 ± 60 BP; ICEN 101: 4400 ± 50 BP; ICEN 102: 4350 ± 60 BP).

De qualquer modo, sabemos hoje que o conjunto de datações disponíveis parece claramente apontar para um facto novo: algures na primeira metade do 3º milénio, em anos de calendário, a implantação dos principais povoados passa a fazer-se em locais muito bem destacados na paisagem, controlando vias na-

turais de grande importância estratégica, acumulando com essa implantação um processo defensivo até então desconhecido no Ocidente Peninsular: muralhas e torres semicirculares, ocas ou maciças.

As populações que constroem estes povoados fortificados são, aparentemente, e segundo tudo indica, os primeiros metalurgistas do cobre e trazem consigo as inovações a nível do modelo económico próprias do que Sherratt chamou a Revolução dos Produtos Secundários.

Como sabemos, o modelo de Sherratt foi construído numa perspectiva macro-geográfica e macro-económica, consistindo numa interpretação sequencial de fenómenos que se definem, primeiro, numa escala regional e que, depois, ocorrem em áreas muito mais vastas.

Contrariamente ao que se receou e se conseguiu iludir com eufemismos e parágrafos suaves, a perspectiva de Sherratt é claramente difusionista e os próprios co-protagonistas do processo têm quatro patas e andam depressa. E se os camelos se ficaram pela Bactriana e áreas anexas, os cavalos tiveram outra sorte. Quanto ao terceiro protagonista quadrúpede, existia localmente em quase todas as regiões afectadas pela RPS e mais importante que uma sua eventual (e fácil) domesticação foi sem dúvida os acessórios que para ele foram inventados, nomeadamente o carro de bois.

As datações ¹⁴C disponíveis para o Ocidente peninsular, e particularmente para o Sul peninsular, apontam-nos intervalos de tempo praticamente coincidentes para um apreciável conjunto de transformações que ocorre no universo dos vivos, onde as mudanças são extremamente visíveis. Para o mundo dos mortos, a situação muda radicalmente, mesmo considerada a impressionante falta de informação disponível.

Ainda assim, e registando a fase inicial em que nos encontramos, ao procurar datar as alterações e as persistências no processo, foi possível estabelecer uma primeira proposta para o enquadramento cronológico de um artefacto ideotécnico de primeira importância, a placa de xisto com motivos geométricos (Gonçalves, 1989b), cuja existência na 2ª metade do 4º milénio e na 1ª metade do 3º parece hoje confirmada, quer em povoados (onde muitas das placas naturalmente teriam sido feitas) quer nas necrópoles em que elas eram depositadas.

Ao mesmo tempo, e permanecendo ainda em aberto, por absoluta falta de datas, a localização cronológica das grutas artificiais (para as quais, porém, experimentalmente, aponto habitualmente a transição do 4º para o 3º milénio), a escavação do *tholos* OP2b, em Reguengos de Monsaraz, confirmou a nítida posição na 1ª metade do 3º milénio da construção de um novo tipo de monumentos, os *tholoi* de tipo alentejano, cuja similitude morfológica com modelos da actual Estremadura espanhola é acompanhada pela sincronia cronológica (veja-se o caso dos dois níveis de utilização do monumento de Almendralejo,

correspondentes à fundação e segunda utilização de OP2b).

Parece evidente que o 3º milénio não se partiu em dois para nos agradar e que falarmos de 1ª e 2ª metade do 3º milénio é tão artificial, ainda que mais seguro, por mais impreciso, que falarmos em qualquer um dos seus quatro quartos. Mas sendo as datações de radiocarbono o que são, os intervalos de tempo de que dispomos não nos permitem a desejada precisão em blocos de medida mais curtos.

Não é improvável que novas datações determinem a consolidação (não falo da génese) dos povoados fortificados nos primeiros séculos do 3º milénio, coincidindo o fim da primeira metade do milénio com o desaparecimento dos fenómenos que determinaram a sua emergência e difusão. Mas temos de esperar por novas datas, com intervalos de tempo mais curtos, para obtermos uma imagem com maior resolução.

2. ARTEFACTOS, ESTRUTURAS, ESPAÇOS

A 1ª metade do 3º milénio consagra, a nível da produção cerâmica, a afirmação estatística de um recipiente hoje muito bem conhecido, o grande prato de bordo espessado, bem como a extinção do recipiente de morfologia e volumetria próximas que o antecedeu e com ele coexistiu, a taça carenada (Gonçalves, 1991b).

Por via de uma rotulagem a que cedemos por vezes com demasiada facilidade, habituámo-nos a considerar «neolítica final» a taça carenada e «calcolítico» o prato de bordo espessado. Se as cronologias datam efectivamente «períodos» ou «Idades», conceito posto em causa pela geral aceitação da descontinuidade do evoluir cultural, fazem-no apenas na sua perspectiva mais generalizadora (com as virtudes e os defeitos que tal situação implica). Neste aspecto, a datação dos níveis 4 a 6 do *locus* 1 do povoado da Sala nº 1 levantou questões interessantes, quando, para esses níveis, foram obtidos intervalos de tempo de 3510-2910, 3491-2920 e 3502-2910, a 2 sigmas. Nestes três níveis, cuja proximidade cronológica, garantindo sequência não interrompida, é evidente, pratos de bordo espessado e taças carenadas coexistem, confirmando situações verificadas em Papa Uvas. Parece assim confirmada a localização cronológica das taças carenadas na 2ª metade do 4º milénio e a sua associação aos pratos. Mas a datação da Estrutura 2 do Monte Novo dos Albardeiros, em Reguengos de Monsaraz, acrescenta outras questões a estas.

O primeiro momento de ocupação do Monte Novo dos Albardeiros pode ter sido um simples acampamento temporário sobre o qual possuímos muito poucos elementos. Mas a Estrutura 2, que se sobrepõe aos frágeis restos da

primeira ocupação, está datada de 2886-2460, a dois sigmas (Gonçalves, 1988-89: 58) e nela apenas estão presentes pratos de bordo espessado, nem uma única taça carenada tendo sido aí recolhida.

Recorda-se que a Estrutura 2 do Monte Novo dos Albardeiros, integralmente escavada, é uma grande torre oca integrada numa espessa muralha que protegia um povoado muito provavelmente similar a Santa Justa ou ao Monte da Tumba, portanto «calcolítico».

Mas se a taça carenada está ausente da Estrutura 2 do Monte Novo dos Albardeiros, também copos e taças canelados não surgem significativamente nos registos dos sítios do Centro/Sul exteriores às penínsulas de Lisboa e Setúbal.

Entre os artefactos votivos presentes na transição do 4º para o 3º milénio e a 1ª metade deste, contam-se três tipos que justificam particular atenção. Refiro-me, naturalmente às placas de xisto com motivos geométricos, aos artefactos votivos de calcário e à cerâmica com motivos simbólicos.

Sobre as primeiras, sabemos que apesar da sua concentração maciça no Alentejo estão registadas nas penínsulas de Lisboa e Setúbal, surgindo em outros contextos geográficos (é o caso da Andaluzia e da Estremadura espanhola), mas aí sempre em reduzido número.

A sua presença, em termos de anos de calendário, parece situar-se claramente entre 3500 e 2500, ainda que seja interessante a sua grande concentração em sítios atribuídos por comparações não cronométricas à 2ª metade do 4º milénio (Anta Grande do Olival da Pega), antas de corredor médio e longo de Reguengos, antas do grupo Crato/Nisa, e a sua localização em sítios de *habitat* da 1ª metade do 3º milénio, tal é o caso do Cabeço do Pé da Erra, Coruche, e do nível 3 do *locus* 1 da Sala nº 1, Pedrógão do Alentejo. O intervalo de tempo obtido neste último sítio para um nível com placas gravadas e lisas (nível 3) é bem significativo: 3018-2460.

Associadas por várias vezes ao que se tem vindo recentemente a designar por «fundo indígena», as placas são adaptadas às novas simbólicas presentes na 1ª metade do 3º milénio, particularmente aos mitogramas associáveis à Deusa dos Olhos de Sol, a sua considerável longevidade específica contrasta com outras simbólicas, de vida bem mais curta.

Aos artefactos votivos de calcário dediquei recentemente diversos trabalhos (Gonçalves, 1991a, 1993c, 1993d...) e uma frase resume o que penso sobre o seu significado: «à medida que nos afastamos da Península de Lisboa, a diversidade das formas reduz-se significativamente. Sem erro, podemos dizer que, até hoje, fora dessa região central, os artefactos que constam dos inventários são, para além das formas betilóides, quase sempre pequenos vasos e almofarizes.» (Gonçalves, 1993c). O que me levou a concluir que «com elevado

grau de probabilidade: *o conjunto de artefactos cerâmicos com decorações caneladas, os artefactos votivos de calcário, grutas artificiais, primeiro, e tholoi, depois, faziam originalmente parte de um só conjunto, sendo oferendas fúnebres e monumentos funerários dos primeiros construtores de povoados fortificados.*

A difusão deste conjunto artefactual a partir de uma região determinada - neste caso, a Península de Lisboa - teria acarretado a fragmentação do conjunto inicial, determinada pelas condicionantes regionais em matéria prima, mas, sobretudo, pela natureza e evolução local das redes de povoamento.» (*ibid.*)

São assim os artefactos votivos de calcário um conjunto inicialmente muito diversificado, em uso na plenitude das suas variedades nos inícios do 3º milénio, mas do qual apenas uma escassa parte se generaliza a todo o Centro/Sul de Portugal, processo que envolve sobretudo os betilos e os pequenos recipientes destinados à trituração do ocre vermelho ou a conter o produto preparado, com vista às cerimónias fúnebres.

As cerâmicas com motivos simbólicos que se referem à Deusa dos Olhos de Sol têm também atribuições cronológicas específicas. Na Sala nº 1, onde foram identificados e datados rituais mágicos de grande importância, aplica-se-lhes o intervalo de tempo 3018-2460, enquanto alguns componentes isolados desta simbólica (as linhas ziguezagueantes, preenchidas ou não com pasta branca, associadas ou não a figuras antropomórficas) têm maior sobrevivência, localizando-se na Estrutura 1 do Monte Novo dos Albardeiros algures entre 2470-1910 (Gonçalves, 1988-89: 58).

No mundo dos vivos e no mundo dos mortos os artefactos mais representativos indicam assim a grande transformação e mudança que a transição do 4º para o 3º milénio e a 1ª metade deste representam, bem como uma específica e regionalmente diferenciada evolução.

Mas se, numa sempre útil perspectiva artefactual, estas alterações são óbvias, é talvez a nível de estruturas e espaços que as alterações configuram mudanças significativas a nível da própria estrutura da sociedade.

Há, entre outras, duas maneiras de encarar os povoados fortificados da 1ª metade do 3º milénio:

- como lugares centrais de uma rede de povoamento dependente;
- como lugares «únicos», afirmando-se agressivamente na paisagem, em contraste com os sítios não fortificados ou os acampamentos sazonais das pequenas comunidades agropastoris.

Sem malabarismos de pensamento ou de escrita, parece-me hoje evidente que as duas possibilidades não são contraditórias e que, conforme as regiões, teremos a primeira, a segunda ou ambas possibilidades em combinatória.

No caso de sítios como Liceia, o cuidado em colocar o povoado numa cota elevada, à vista da costa, mas afastada dela, controlando caminhos para o in-

terior, parece indicar uma estratégia de ocupação de territórios. No caso de Vila Nova de S. Pedro ou Zambujal, a localização fala por si (e no primeiro dos dois casos não se conhecem sequer povoados significativos em redor).

Em Reguengos de Monsaraz, o caso do Monte Novo dos Albardeiros é particularmente significativo: o povoado fortificado domina toda a planície até Monsaraz e atrás de si ficam sítios já abandonados na 1ª metade do 3º milénio, como o povoado do Marco dos Albardeiros. A implantação da grande torre aumenta ainda a visibilidade potencial, permitindo um controlo efectivo do território.

Ainda nesta região, o Monte do Azinhalinho traduz a deliberada escolha do único lugar que, a meio da planície, a controla eficazmente. O que se pode também conseguir, ainda que com menor eficácia a partir do sítio dos Perdígões.

Contrariando assim a tendência dominante na 2ª metade do 4º milénio para a instalação em sítios baixos, ainda que frequentemente com boa visibilidade, caso do sítio 3 da Torre do Esporão (TESP3), os novos povoados do 3º milénio, com ou sem muralhas, exibem a preocupação de controlar território e prevenir a defesa dos seus habitantes com o tempo adequado.

Maior contraste não há que o da implantação do sítio Areias 15, um povoado rodeado de pequenas antas, que constituiriam provavelmente a sua necrópole, e cujo controlo territorial é mínimo, ou de Gorginos 6, por um lado e, de novo, o Monte do Azinhalinho ou o Monte Novo dos Albardeiros.

Na paisagem plana do Alentejo médio, esta situação é ainda mais evidente que em outras paisagens de maior recorte. Nas más terras do Alto Algarve Oriental, o único povoamento marcante é, efectivamente, o do 3º milénio, ainda que, também aí, as muralhas estejam presentes, completando a defensabilidade oferecida pelos cerros em que o povoamento do 3º milénio se situa.

Em nenhum momento da evolução das sociedades humanas se construíram muralhas sem a presença, presente, passada ou iminente, de graves confrontações entre grupos ou comunidades. Em todos os casos conhecidos, a emergência de fortificações foi acompanhada pela presença de formas organizativas da sociedade que a encaminharam para a hierarquização. *Too many chiefs?*, perguntava recentemente Yoffee, acrescentando ironicamente em subtítulo *Safe texts for the '90s* (Yoffee, 1993). Questão que está longe de encerrada, recordando-se que *chefes* e *chefaturas* estão longe de ser exactamente a mesma coisa e se os primeiros indubitavelmente existiram no 3º milénio, as segundas são, antes da Idade do Bronze, bem mais duvidosas.

3. MONUMENTOS FUNERÁRIOS, SÍMBOLOS E MITOS

Quando recentemente tive oportunidade de rever a questão das grutas artificiais e da sua localização no processo de calcolitização do Centro de Portugal (Gonçalves, 1992b), afirmei que a grande inovação dos fins do 4º milénio e inícios do 3º consiste, a nível da arquitectura funerária na emergência de dois tipos de monumentos radicalmente diferentes das antas, as grutas artificiais e os *tholoi*. E enquanto as primeiras parecem ter em Portugal uma tipologia única, pelo menos nas penínsulas de Lisboa e Setúbal, e uma muito curta utilização inicial, os *tholoi* subdividem-se em vários tipos morfológicos, registando os monumentos do Alentejo consideráveis diferenças em relação aos da Península de Lisboa ou do Algarve. Essas diferenças nem sequer se resumem à arquitectura dos monumentos, centrando-se também nos espólios funerários e, naturalmente, nas cronologias. Se as grutas artificiais foram objecto de uma primeira utilização curta em inícios do 3º milénio, ou na transição do 4º para o 3º, os *tholoi* foram muito provavelmente construídos ao longo da 1ª e da 2ª metade do 3º milénio, sendo que, em pleno Alentejo, esta distribuição está documentada paradigmaticamente pelo *tholos* do Escoural e pela construção de OP2b, o *tholos* anexo à anta 2 do Olival da Pega, ambos com espólio «antigo», e pela Estrutura 1 do Monte Novo dos Albardeiros, cuja localização na 2ª metade do 3º milénio foi estabelecida pelo radiocarbono, sendo muito provavelmente síncrona da segunda grande fase de utilização de OP2b.

Ora se os depósitos votivos em antas apresentam diferenças muito sensíveis, de acordo com os grupos megalíticos em que elas se integram, e tanto numa perspectiva cronológica como regional, o espólio dos *tholoi* apresenta similitudes impressionantes. Os monumentos do Alentejo e os da Estremadura espanhola, tal como os monumentos tardios do Algarve, apresentam notáveis coincidências com os da Andaluzia.

O início da escavação sistemática de povoados colocados na transição do 4º para o 3º milénio, e a cujos habitantes se poderia atribuir a primeira construção de *tholoi*, como parece ser o caso da primeira fase de ocupação da Sala nº 1, em Pedrógão do Alentejo, de TESP3 ou Areias 15, em Reguengos de Monsaraz, do Cabeço do Cubo ou da primeira fase de Santa Vitória, em Campo Maior, permite começar o longo processo de triagem indispensável a uma mais eficaz compreensão de este processo.

A palavra chave que começou a ser usada, como sempre entre nós com critérios indiscriminados, para registar a perda da confiança numa análise simples, rápida e efectiva dos problemas do megalitismo, foi a de «complexificação». Estender o seu uso ao 3º milénio foi ainda mais fácil. E havendo alguma razão para tal escolha ela é, afinal, em si própria tão óbvia que se torna inútil. Por

outro lado, a complexificação da problemática em análise não tem forçosamente a ver com a complexificação das sociedades. Ela deve-se sobretudo à ineficácia ou insuficiência dos dados disponíveis para «entender» sociedades cujo funcionamento não é em si complexo, sendo-o efectivamente, na prática, apenas pelas deficiências de informação.

E quando se analisaram duas questões fundamentais, a do colapso das sociedades complexas (Tainter, 1988) e a do abandono de sítios e regiões (Cameron e Tomka, 1993) as diferentes perspectivas escolhidas traduzem a correcta interpretação da informação disponível. As sociedades complexas emergem efectivamente com as estruturas proto-urbanas e urbanas e a sua complexidade decorre sobretudo do número dos habitantes por sítio, e da necessidade consequente da gestão dos interesses individuais readaptados ao interesse colectivo, e da malha social que eles constituem. Falar assim de complexidade social para os pequenos grupos de pastores-agricultores ou de agro-metalurgistas, não sendo forçosamente errado, exige uma definição específica da localização da complexidade.

A tensão do número dita os movimentos de «enxameamento», reproduzindo em células inicialmente mais pequenas uma visão revista do grupo original e originando movimentos de colonização interna que irão gerir espaços até então pouco utilizados.

Mas os costumes funerários, que traduzem eles?

Sem dúvida, atitudes individuais ou colectivas perante a morte, propagadas por comunidades em deslocação, evoluindo mais lentamente nos grupos fixos, traduzindo prescrições rituais específicas.

A construção mais rápida e económica, em termos de mão de obra, tempo de construção e duração, a melhor relação qualidade/custo, encontra-se certamente nos diversos tipos de monumentos de falsa cúpula. A construção de uma gruta artificial parece mais lenta e complexa que a de uma anta, mas se juntarmos a esta última a construção dos *tumuli*, por vezes com terras extraídas longe do lugar de implantação dos monumentos (Leisner e Leisner, 1951), a situação não é tão nítida.

A noção de «custo de construção», tal como a de «durabilidade de construção» são conceitos actuais e a sua projecção no passado não pode ser feita sem reservas, mas como perspectiva de análise não pode deixar de ser sublinhada esta alteração radical que os monumentos funerários do 3º milénio apresentam: durabilidade razoável a um custo muito menor.

Mas se custo maior traduz, em muitas sociedades, «prestígio», a exclusividade da diferença não se situa aí e os monumentos anteriores ao 3º milénio implicam, como já foi sublinhado (Jorge, 1989, 1990), uma selecção de mortos cujos critérios e fundamentos nos escapam ainda integralmente. Tal selecção pode

estar ausente de pequenos monumentos como Poço da Gateira 2, que poderia ser a necrópole de uma pequena «quinta» do 4º milénio, mas poderia ser a única forma de explicar a disparidade de espólio entre monumentos de dimensões semelhantes e grandes arquitecturas, como Tapadão 1 e Penedos de S. Miguel, no Crato. Mas os cálculos possíveis para o número médio de inumações nestes monumentos, com base artefactual menos de 6 para o Tapadão e com base antropológica cerca de 60 para os Penedos de S. Miguel, é largamente ultrapassado pelo número presumido para OP1 (pouco mais de 150) ou para o mínimo de 118 para o pequeno monumento de falsa cúpula anexo à anta 2 do Olival da Pega.

Traduzem estes números exactamente o quê? Uma selecção social efectiva dos inumados em monumentos megalíticos, que desaparece durante o 3º milénio? Ou apenas a dispersão dos mortos de comunidades mais numerosas por diversos monumentos?

Não sei quais as respostas em curso de obtenção para outras regiões, sei apenas que, nos casos alentejanos que estudo, as respostas não parecem ser fáceis e que as teorias elaboradas para situações alógenas não têm aqui automática aceitação.

A nível da simbólica, escasseiam dados para que a compreensão da mudança seja mais rápida.

Um único conjunto parece ser indiscutivelmente exclusivo do 3º milénio, e a sua origem e difusão parece fazer-se pela via terrestre que liga as bacias do Tejo/Sado/Guadiana à Andaluzia, o «caminho terrestre» a que recentemente fiz referência (Gonçalves, 1992a, 1993c, 1993g, indirectamente já referido em Gonçalves, 1970, 1980). É o conjunto de símbolos e mitogramas que se refere à Deusa dos Olhos de Sol, cuja presença no Centro/Sul de Portugal, na Estremadura espanhola e na Andaluzia, é mais um contributo para o reconhecimento de uma identidade cultural específica a abranger o Sul peninsular, sobre a qual se inscrevem as influências mediterrânicas perceptíveis de El Malagón até Vila Nova de S. Pedro I.

A infiltração na gramática decorativa exclusiva das placas de xisto com motivos geométricos dos símbolos da Deusa dos Olhos de Sol (placas de Chelas, Cabacinheiros, OP2, Farisoa...) ou da figuração do Jovem Deus (placas do Bugio, da Cova da Moura...) traduz precisamente a progressiva assimilação dos símbolos próprios à 1ª metade do 3º milénio, já visível nas figurinhas do «ídolo chato» ou «almeriense».

Inserir aqui algumas reflexões finais representa naturalmente o que poderia ser um compromisso entre o tempo disponível para este texto, o espaço de que se dispõe para a sua publicação e a linguagem a seleccionar. Uma vez mais,

a questão do discurso: «No archaeological text is anything more or less than a flood of words so the question becomes which ones are deemed desirable as metaphoric transformations of the material reality being studied.» (Tilley, 1971: 174).

Listar questões é mais simples que triá-las o que, por sua vez, é mais simples que discuti-las, sendo a discussão mais importante, neste contexto, que uma eventual «solução».

Fica, no entanto, um ponto em aberto e algumas palavras podem talvez ser úteis para o esclarecer (o que é diferente de «solucionar»). Se não parece haver uma colonização oriental do Extremo Ocidente peninsular durante a 1ª metade do 3º milénio, no sentido que a palavra colonização ganhará com gregos e fenícios, parece indiscutível que, num dado momento de transição do 4º para o 3º milénio, se desenha no território hoje português uma rede de influências exógenas que, assimiladas localmente, produziram combinatórias diferenciadas.

Escrevi recentemente que «Se da Andaluzia ao Alentejo (e vice-versa), e daí à Península de Lisboa, o caminho é obviamente o terrestre, atravessando as linhas de fecho das três grandes bacias hidrográficas (Guadiana, Sado e Tejo), nada impede a previsão de um segundo caminho, marítimo. E na possível sequência do estabelecimento de essa rota costeira, Paimogo, na Lourinhã, marcaria ou estaria perto do limite Norte desse amplo movimento de colonização agrícola em que as comunidades dominando a metalurgia do cobre conferem à Península de Lisboa uma tão grande identidade.» (Gonçalves, 1993c).

Queria então dizer que a génese das sociedades agro-metalúrgicas do 3º milénio, no Centro/Sul de Portugal, marca a retracção e posterior colapso das comunidades agro-pastoris de construtores de antas, inicialmente com territórios de exploração secundária abrangendo o Alentejo e a Estremadura?

E que o controlo progressivo do território por grupos agro-metalúrgicos, detentores de uma economia assente na Revolução dos Produtos Secundários, se faz pela emergência de comunidades ligadas, no Sul alentejano e algarvio, aos grupos gémeos da Estremadura e da Andaluzia e, no Centro, às comunidades de cariz mediterrânico, presentes através de navegadores de média distância?

O que implica uma dupla via de transformação activa durante toda a primeira metade do 3º milénio no Centro/Sul de Portugal?

Exactamente.

Lisboa, Setembro de 1993.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMERON, CATHERINE M., e TOMKA, STEVE A. (1993) - *Abandonment of settlements and regions. Ethnoarchaeological approaches*. Cambridge: CUP
- CARDOSO, JOÃO LUÍS (1989) - *Leceia, Resultados das escavações realizadas, 1983-1988*, Oeiras: Câmara Municipal
- GALLAY, GRETTEL; SPINDLER, KONRAD; TRINDADE, LEONEL, e FERREIRA, O. DA VEIGA (1973) - *O Monumento pré-histórico de Pai Mogo (Lourinhã)*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses
- GONÇALVES, J. L. M. (1992) - «Grutas artificiais da Quinta das Lapas (Monte Redondo, Torres Vedras)». *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: MAEDS. IX-X, p. 247-276.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1970) - «Sobre o Neolítico na Península de Setúbal», *Actas das I Jornadas Arqueológicas*, I, 407-421, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses
- GONÇALVES, VICTOR S. (1980) - «Dois novos ídolos tipo Moncarapacho». *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: Assembleia Distrital. 4. p. 47-58.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1987) - «O povoado pré-histórico da Sala nº 1 (Pedrógão, Vidigueira): notas sobre a Campanha 1(88)». *Portugália*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Nova Série, 8, p.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1988/89) - «A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz)». *Portugália*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nova Série, 9-10, p. 47-60.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1989a) - *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental*. Lisboa: INIC/UNIARQ. 2 vols.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1989b) - «Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 1. Deusa(s) Mãe, placas de xisto e cronologias. Uma nota preambular». *Almansor*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal. 7, p. 289-302.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1990) - «Sítios, «Horizontes» e Artefactos: o caso da Parede (Cascais, Lisboa)». *Arquivo de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal, 9, p. 13-44.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1990/91) - «TESP3: O povoado pré-histórico da Torre do Esporão (Reguengos de Monsaraz)». *Portugália* (Nova Série). Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto, 11-12.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1991a) - «Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 2. A propósito dos artefactos votivos de calcário das necrópoles de Alcalar e Monte Velho». Comunicação apresentada às *I Jornadas de Arqueologia do Sudoeste Alentejano*, Sagres. *No prelo*.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1991b) - «Sítios, «Horizontes» e Artefactos: 2. algumas breves considerações sobre as chamadas taças carenadas e a primeira metade do 3º milénio em Portugal». *Arquivo de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal. 10.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1992a) - *Revedo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARQ/INIC
- GONÇALVES, VICTOR S. (1992b) - «Sítios, «Horizontes» e Artefactos: 3. A Questão das grutas artificiais e os complexos funerários de Alapraia e S. Pedro do Estoril no processo de calcolitização do Centro/Sul de Portugal». *Arquivo de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal. 11.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1993a) - «Pai Mogo, na Lourinhã, um monumento exemplar». *História de Portugal* dirigida por João Medina, Vol. 1, Parte V, Cartelas

- finais. Lisboa: Ediclube.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1993b) - «Alapraia e S. Pedro do Estoril, duas necrópoles de grutas artificiais». *História de Portugal* dir. João Medina. Lisboa: Ediclube. Vol. I.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1993c) - «O tholos de Pai Mogo, na Lourinhã, e o processo de calcolitização da Península de Lisboa». Comunicação às *I Jornadas de História Regional e Local*. Lourinhã. No prelo.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1993d) - «Os artefactos votivos de calcário, oferendas votivas do 3º milénio». In *Lisboa Subterrânea*. Ed. Lisboa 94 (no prelo).
- GONÇALVES, VICTOR S. (1993e) - «As sociedades camponesas na Península de Lisboa (do 6º ao 3º milénio)». In *Lisboa Subterrânea*. Ed. Lisboa 94 (no prelo).
- GONÇALVES, VICTOR S. (1993f) - «O «Castelo» de Vila Nova de S. Pedro. Um típico povoado calcolítico fortificado do 3º milénio». In *Lisboa Subterrânea*. Ed. Lisboa 94 (no prelo).
- GONÇALVES, VICTOR S. (1993g) - «Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 3. A Deusa dos olhos de sol. Um primeiro olhar». *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* (no prelo).
- GONÇALVES, VICTOR S. (1993h) - «A Revolução dos Produtos Secundários e a Metalurgia do Cobre». *História de Portugal* dirigida por João Medina, Vol. 1, Parte IV, Cartelas finais. Lisboa: Ediclube.
- GONÇALVES, VICTOR S. (COORDENADOR) (1983-84) - «Povoados calcolíticos fortificados no Centro/Sul de Portugal: génese e dinâmica evolutiva». *Clio/Arqueologia*. Lisboa: UNIARCH, 1, p. 141-154.
- GONÇALVES, VICTOR S. E DAVEAU, SUZANNE (1985) - «A evolução holocénica do Vale do Sorraia e as particularidades da sua antropização (Neolítico e Calcolítico)». In *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2, p. 187-197.
- GONÇALVES, VICTOR S.; CALADO, MANUEL E ROCHA, LEONOR (1992) - «Reguengos de Monsaraz: o antigo povoamento da Herdade do Esporão». *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: MAEDS. IX-X. p. 391-412.
- HODDER, IAN; GLYNN, ISAAC e HAMMOND, NORMAN, EDS. (1981) - *Patterns of the past*. Cambridge: CUP.
- JALHAY, EUGÉNIO, e PAÇO, AFONSO (1941) - «A Gruta II da Necrópole de Alapraia». *Anais da Academia Portuguesa de História*. Vol. 4. Lisboa: APH.
- JORGE, SUSANA OLIVEIRA (1990) - «Complexificação das Sociedades e sua Inserção Numa Vasta Rede de Intercâmbios». in *Portugal das Origens à Romanização*. Lisboa: Ed. Presença.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (1989) - *Arqueologia social dos sepulcros megalíticos: conhecimentos e perspectivas actuais*, *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, II Série, VI: p. 365-443.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (1990a) - *Arqueologia em Construção. Ensaios*. Lisboa: Presença.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (1990b) - «"Monumentalização" e "Necropolização" no megalitismo europeu». *Arqueologia em construção. Ensaios*. Lisboa: Presença. p. 243-249.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (1990c) - «Contextos religiosos do megalitismo». *Arqueologia em construção. Ensaios*. Lisboa: Presença. p. 211-240.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (1991) - «Le rôle social des phénomènes symboliques (tombes,

- art rupestre, proto-estatuaire) dans la Préhistoire récente du Nord du Portugal». *Revista do Centro de História da Universidade do Porto*. 11. p. 255-260.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (1992) - «As mamoas funerárias do Norte de Portugal (do Neolítico à Idade do Bronze antigo) como elementos indicadores de uma progressiva complexidade social: esboço preliminar da questão». *Revista da Faculdade de Letras do Porto*. 2ª Série. 9. p. 463-480.
- KUNST, MICHAEL (1987) - *Zambujal*. Mainz: Philipp von Zabern.
- LEISNER, GEORG, E LEISNER, VERA (1951) - *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*, Lisboa: Instituto para a Alta Cultura (reedição em 1985 - Lisboa: UNIARQ/INIC).
- LEISNER, VERA; PAÇO, AFONSO DO; RIBEIRO, LEONEL (1964) - *Grutas artificiais de S. Pedro do Estoril*, Lisboa.
- LEISNER, VERA; ZBYSZEWSKI, GEORGES, E FERREIRA, O. DA VEIGA (1961) - *Les grottes artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la Culture du Vase Campaniforme*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- LEISNER, VERA; ZBYSZEWSKI, GEORGES, e VEIGA, O. DA (1969) - *Les monuments préhistoriques de Praia das Maças e Casaínhos*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- MARQUES, GUSTAVO, e SERRÃO, EDUARDO DA CUNHA (1971) - «Estrato pré-campaniforme da Lapa do Fumo (Sesimbra)», *Actas do II CNAP*, I, 121-142, Coimbra.
- PAÇO, AFONSO DO (1955) - *Necrópole de Alapraia*. «Anais da Academia Portuguesa de História». II Série. Vol. 6. Lisboa: APH.
- PARREIRA, RUI (1990) - «Considerações sobre os milénios IV e III a.C. no Centro e Sul de Portugal», *Estudos Orientais* I, 27-43, Universidade Nova, Lisboa
- SANGMEISTER, EDWARD e SCHUBART, HERMANFRID (1981) - *Zambujal. Die grabungen 1964 bis 1973*. Mainz: Philipp von Zabern. 2 vols.
- SCHUBART, HERMANFRID (1977) - *Datas de radiocarvão para o Castro do Zambujal*. XIV CNAE. Victoria, 1975. p. 259-266.
- SHERRATT, ANDREW (1981) - «Plough and pastoralism: aspects of the secondary products revolution». Hodder et. al, 1981: 261-305.
- SHERRATT, ANDREW (1990) - «The genesis of megaliths: monumentality, ethnicity and social complexity in Neolithic north-west Europe». WA. London: Routledge, 22, 2, p. 147-167.
- SHERRATT, ANDREW (1993) - «The relativity of theory». In Yoffee e Sherratt, 1993: 119-130.
- SILVA, CARLOS TAVARES E SOARES, JOAQUINA (1985) - «Monte da Tumba (Torrão). Eine befestigte siedlung der kupferzeit im Baixo Alentejo (Portugal)». *MM*. Mainz: Verlag Philipp von Zabern. 26. p. 1-21.
- SILVA, CARLOS TAVARES E SOARES, JOAQUINA (1986) - *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: SNPRCN.
- SILVA, CARLOS TAVARES E SOARES, JOAQUINA (1987) - «O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. I - escavações arqueológicas de 1982-86. Resultados preliminares.» *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: MAEDS. VIII. p. 16-43.
- SILVA, CARLOS TAVARES e SOARES, JOAQUINA (1988) - «O povoado fortificado da Idade do cobre do Monte da Tumba (Torrão). 5 anos de escavações arqueológicas». *Movimento Cultural*. 4. p. 16-43.
- SOARES, ANTÓNIO M. MONGE, e CABRAL, JOÃO M. PEIXOTO (1987) - «O po-

- voados calcólicos do Monte da Tumba. VI. Cronologia absoluta». *SA*. 8. Setúbal: MAEDS. p. 155-165.
- SOARES, JOAQUINA e SILVA, CARLOS TAVARES (1992) - «Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos». *SA*. Setúbal: MAEDS. IX-X. p. 37-88.
- TAINTER, JOSEPH (1988) - *The Collapse of Complex Societies*. Cambridge: CUP. NSA.
- TILLEY, CHRISTOPHER (1991) - *Material culture and text. The art of ambiguity*. Londres: Routledge.
- TOMKA, A. STEVE (1993) - «Site abandonment and archaeological interpretation». In Cameron e Tomka, 1993: 11-24.
- YOFFEE, NORMAN (1993) - «Too many chiefs? (or, Safe texts for the '90s)». In Yoffee e Sherratt, 1993: 60-78.
- YOFFEE, NORMAN, e SHERRATT, ANDREW, eds. (1993) - *Archaeological theory: who sets the agenda?* Cambridge: CUP.
- YOFFEE, NORMAN, e SHERRATT, ANDREW (1993) - «(Introduction) - the sources of archaeological theory». Yoffee, Norman, e Sherratt, Andrew, eds. 1993: p. 1-9.